



PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE - ESTADO DE RONDÔNIA

PROCESSO N° 08/2025

PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei n° 08/2025.

AUTORIA: Prefeitura Municipal

RELATOR: Vereador André Selepenque

I - RELATÓRIO

A Comissão de Finanças e Orçamento foi chamada a analisar o **Projeto de Lei n° 008/2025**, que propõe a abertura de crédito adicional especial no valor de **R\$ 356.216,00** (*trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais*), destinado ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

O projeto visa a utilização de recursos provenientes de repasse do Governo Federal, com o intuito de atender às necessidades emergenciais da Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde - FMS. A abertura do crédito é fundamental para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços públicos.

É o necessário relato.

II - FUNDAMENTAÇÃO E VOTO DO RELATOR

1. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nos termos da Lei Federal n° 4.320/64, que estabelece normas gerais de direito financeiro, a abertura de crédito adicional especial deve ser acompanhada da devida indicação de fonte de recursos.

No caso em questão, verifica-se que o crédito especial solicitado tem sua cobertura garantida por transferência de recurso federal (fonte 16310000 e 16000030), o que assegura que não haverá impacto negativo no equilíbrio das contas públicas municipais. Além disso, a destinação do crédito está devidamente discriminada no projeto, atendendo ao princípio da transparência orçamentária.

O projeto não cria novas despesas permanentes para o município, pois trata-se de um repasse pontual no valor de **R\$ 356.216,00** (*trezentos e cinquenta e seis mil, duzentos e dezesseis reais*), conforme mensagem ao Projeto de Lei.

2. MÉRITO

O recurso proposto para a abertura de crédito adicional é oriundo de transferência de convênio da União, o que assegura a legalidade e a regularidade da fonte de financiamento.



Alta Floresta D'Oeste

Assessoria das Comissões

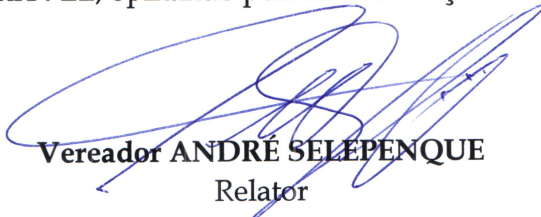
A abertura do crédito não comprometerá a saúde financeira do Município, visto que o valor será coberto por recursos já disponíveis e vinculados, conforme demonstrado na documentação apresentada. A Comissão ressalta a importância de um planejamento adequado na execução do projeto, garantindo que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz, de acordo com as necessidades da SAÚDE.

O Deputado Federal Lucio Mosquini, destina R\$ 153.436,00 (*cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis reais*), assim como o ex Deputado Federal Expedito Netto, R\$ 170.503,00 (*cento e setenta mil, quinhentos e três reais*), ambos por meio do MAC – Média e Alta Complexidade e o Senador da República Confúcio Moura, destina o valor de R\$ 32.277,00 (*trinta e dois mil, duzentos e setenta e sete reais*), por meio do PAB – Piso da Atenção Básica.

Sendo assim, considerando que o crédito especial está devidamente coberto por recurso externo e que sua destinação atende a uma entidade de relevante função social, conclui-se que o projeto é compatível com as diretrizes orçamentárias do município e não compromete sua sustentabilidade fiscal.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, após avaliar a matéria como Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, manifesto o meu voto **FAVORÁVEL**, opinando pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 08/2025..


Vereador ANDRÉ SELEPENQUE
Relator

III - VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Finanças e Orçamento manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação do **Projeto de Lei nº 08/2025**, por estar devidamente respaldado na legislação orçamentária vigente e por sua importância no contexto da assistência social do município.

Assim, submetemos o presente parecer à consideração dos Nobres Vereadores para deliberação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, aos sete dias do mês de fevereiro de 2025.


Vereador NEGÃO MONTEIRO
Presidente


Vereador FLAMARIOM DA SAÚDE
Membro

Palácio Claudomiro Neves da Silva